

POLÍTICA

Não há debates. Cada um fala do que quer, e os outros não ficam para ouvir. A solução — agrupar os temas de cada sessão — será discutida hoje com Ulysses.

Constituinte: fim da confusão?



Pelas diretas: agora, com uma ala do PMDB.



Ulysses e Cabral: temas e prazos.

Fotos: Alencar Monteiro.

Para organizar os confusos trabalhos da Constituinte, agilizar o debate do projeto de Constituição e despertar um pouco do interesse do plenário e das galerias, deverá ser estabelecido um cronograma, especificando os temas constitucionais a serem discutidos a cada dia, para evitar o que ocorre atualmente, ou seja, cada constituinte levanta o tema de sua preferência, às vezes questões não constitucionais, provocando o esvaziamento do plenário.

Hoje pela manhã, os líderes partidários mais o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, discutirão esse cronograma pessoalmente com o presidente da Assembleia Nacional, deputado Ulysses Guimarães, que ontem já recebeu um documento, pedindo o agrupamento dos temas constitucionais, subscrito pelo PDT, PT, PC do B, PDS e PMDB.

Substitutivo negociado

Em reunião-almoço ontem na casa de Ulysses Guimarães — com os ministros da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, mais o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso — ficou decidida a negociação de alguns temas polêmicos do projeto de Constituição, antes da elaboração do substitutivo de Cabral.

Assim, temas como estabilidade, jornada de 40 horas e férias em dobro serão negociados previamente pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Também foram citadas na reunião, como polêmicas, as questões previdenciárias e a reserva de mercado para a informática. Pelo consenso dos participantes do almoço qualquer assunto, depois de negociado, significará menos trabalho no plenário.

Na reunião, Ulysses Guimarães pediu ao relator Bernardo Cabral que procure antecipar ao máximo a apresentação do seu substitutivo. Ulysses quer que Cabral comece a elaborar o substitutivo tão logo termine o prazo de apresentação de emendas dos constituintes e emendas populares, sem esperar o término do prazo de mais dez dias de discussão. Dessa forma, Cabral ganharia mais tempo e, com isso, Ulysses poderia negociar o substitutivo mais cedo com as lideranças de todos os partidos na Constituinte, antes de o substitutivo ir a plenário.

Outra decisão da reunião é de que não será permitida nenhuma interrupção nos prazos da Constituinte, mesmo que para as sessões de sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira não tenha ninguém inscrito, como nesta semana por exemplo. As sessões serão realizadas ou suspensas (se houver falta de quórum), mas nunca adiadas, garantiu Bernardo Cabral.

Tudo, menos debate.

Uma das propostas de estabelecimento de um cronograma é do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e conta com o apoio de outros parlamentares. Essa providência já foi reclamada inclusive pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) também reclamou. A sessão de ontem quase não pôde ser aberta — o regimento exige a presença de 56 parlamentares; ali se encontravam apenas dez. Olhando para os lados, Aldo Arantes disse: "Veja, senhor presidente. Estamos falando para um plenário vazio. Não podemos continuar a brincar com a opinião pública brasileira".

Pedida a chamada nominal para verificação de quórum, pouco a pouco os constituintes foram se apresentando, e os trabalhos puderam ser continuados.

Mesmo assim, o debate constitucional não aconteceu: alguns discorreram sobre a reforma agrária, mas outros preferiram comentar a convenção do PMDB, como o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que recordou as vaias recebidas na ocasião pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, e comentou: Brossard já não tem moral para prosseguir à frente do ministério.

O deputado José Fogaça (PMDB-RS) defendeu o parlamentarismo, que, segundo ele, colocará fim a um histórico fator gerador de crises institucionais, ou seja, a conjugação do presidencialismo com o militarismo. O deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES) denunciou o enriquecimento de proprietários de escolas privadas com o recebimento de verbas públicas, defendeu a democratização do ensino e propôs como modelo os Cieps do ex-governador Leonel Brizola.

A primeira emenda popular

Chegou ontem à tarde à Comissão de Sistematização a primeira emenda popular que atende a todos os requisitos exigidos pelo regimento interno, como o apoio de três entidades e 30 mil assinaturas de eleitores. Protocolada sob o nº 1, a emenda é de Curitiba, endossada pela Associação Interconfessional do Paraná, Conselho das Igrejas para a Educação Religiosa, também do Paraná, e Instituto Regional de Pastoral, de Mato Grosso.

A emenda determina que a educação religiosa será garantida pelo Estado, no ensino de 1º e 2º graus, como elemento integrante das ofertas curriculares, respeitada a liberdade religiosa.

Diretas: o MUP (do PMDB) já está em ação.

A dissidência do PMDB, formalizada segunda-feira passada sob o nome de Movimento de Unidade Progressista (MUP), partiu ontem para a ação concreta, realizando sua primeira reunião com o comitê suprapartidário de organização da campanha pelas diretas, e em sua avaliação da convenção do PMDB do final de semana passado concluiu que a formação do MUP foi o saldo positivo do evento.

Positivo porque liberou o grupo para participar da mobilização nacional pelas diretas com maior desenvoltura, e sem tanta pressão das vaias, como vem ocorrendo nas manifestações toda vez em que é anunciada a participação de nomes do PMDB, foi a conclusão da reunião.

Pelo MUP participaram o senador Afonso Camargo e os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares; e, pelo comitê das diretas, os líderes do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, e do PC do B, Haroldo Lima, além do vice-líder petista Plínio de Arruda Sampaio e dos deputados pedetistas Luís Alfredo Salomão e Vivaldo Barbosa.

Em princípio ficou acertado que apenas no final de setembro ou início de outubro será realizado o comício do Rio de Janeiro. O próximo será nesta sexta-feira, em Manaus, o seguinte dia 7 de agosto, em Caruaru (principal reduto do deputado Fernando Lyra), e depois em Aracaju. A reunião decidiu ainda que os presidentes dos partidos engajados na campanha se reunirão em Brasília, na próxima semana, também com a presença de representantes de entidades de caráter nacional que participam da mobilização.

Embora não faça parte do MUP, o senador Mário Covas participará do comício de Caruaru, pelo menos segundo informação dos vice-líderes do PMDB, deputados Antônio Britto e Antônio Perosa. Covas, que até ontem não admitia claramente sua participação no comício, tem repetido que ficou livre para participar ou não do movimento pelas diretas, em função dos resultados da convenção do PMDB. Vem ressaltando, porém, que decidirá sobre o assunto de acordo com suas "circunstâncias pessoais", que ele não revelou o que seja.

Covas, embora não participe do MUP, "não perde nenhuma de suas reuniões", como disse, com bom humor, um dos coordenadores dessa facção do PMDB, deputado Domingos Leonelli. A verdade, porém, é que Covas participou da reunião do MUP na segunda-feira à noite, na residência da deputada Abigail Feitosa, depois de uma reunião com os vice-líderes peemedebistas na sua própria casa. Nessa reunião, segundo o vice-líder Antônio Britto, decidiu-se que o



Covas: agora, os comícios.

grupo participará apenas dos comícios que não forem também manifestações contra o governo e contra o PMDB.

Na reunião do MUP, porém, além da participação total no movimento pelas diretas, decidiu-se por uma mobilização nacional em favor da coleta de assinaturas para apresentação de emendas populares à Constituinte.

O MUP, segundo explicou Leonelli, não gosta de ser chamado de dissidente, condição que assume apenas em relação ao governo, "que já não representa o PMDB". "Dissidentes são os que chegaram agora e traíram o partido", definiu o deputado.

Covas, acrescentou Leonelli, foi ao encontro também para estabelecer de que forma participará do movimento pelas diretas, "mas somente o fará quando julgar que a liderança do PMDB estiver suficientemente representada; isto porque ele é líder partidário e sua liderança se estende até o MUP, embora não integre o grupo".

Apesar de tudo, figuras peemedebistas como Ulysses, Orestes Quéricia e o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, continuam espalhando que o PMDB não saiu dividido da convenção. Quéricia até recebeu um telegrama do presidente José Sarney, agradecendo seu "esforço e trabalho em prol da unidade do partido". De qualquer forma, o PMDB paulista realiza nesta sexta-feira reunião destinada a avaliar os resultados da convenção e suas possíveis repercussões na política estadual do partido.

Já o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, antecipou que dará parecer favorável ao projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria (PTB-SP), incluindo nas disposições transitórias da nova Carta a duração do mandato presidencial. Mas com uma ressalva: que não conste do projeto que as eleições serão realizadas no próximo ano, pois com isso Cabral não concorda.

Sustentação: Sarney avisa que aceita adesões.

Qualquer apoio que o Planalto conseguir entre os partidos de oposição, para garantir uma nova base de sustentação para o governo, será bem-vindo — e não há preconceito contra nenhuma legenda. O presidente Sarney, contudo, prefere não atuar diretamente na criação desse bloco suprapartidário, segundo disse ontem o porta-voz Frola Neto: essa missão será confiada ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que já começou a contabilizar as adesões.

Só depois de consolidada essa base de sustentação é que Sarney vai decidir que atitude tomar contra os ministros que optaram pela votação secreta na convenção do PMDB. Antes disso, ele sabe que uma eventual retaliação contra os rebeldes prejudicaria o trabalho de coordenação de Sant'Anna, conforme explicava ontem um parlamentar com estreitas ligações com o Planalto. Mesmo preferindo ficar de fora desse processo de sedução dos partidos, Sarney já avisou que não vê as relações políticas do governo com as várias agremiações como uma troca de cargos. "O político, quando entra no bloco de sustentação ao governo, deve estar pensando nos interesses nacionais e não em ganhar cargos públicos", acrescentou o porta-voz.

Sant'Anna vem se encarregando de transmitir esse aviso às lideranças partidárias com as quais vem conversando desde ontem, para que tudo fique acertado antes de um encontro com Sarney. Sant'Anna reuniu-se com os líderes do chamado centro-democrático para fazer uma avaliação dos últimos acontecimentos e montar uma estratégia de adesão ao bloco suprapartidário que garante maioria ao presidente no Congresso.

Ao final de uma dessas reuniões, Sant'Anna disse que o bloco já conta com 142 partidários entre os 303 da bancada do PMDB. Mas acredita que ainda vai conseguir outros peemedebistas e espera contar com o apoio maciço do PFL, PTB e outras pequenas legendas.

Na reunião de ontem, que contou com a participação de Marcos Lima, Borges da Silveira, Prisco Viana, Roberto Cardoso Alves, Arnaldo Moraes, Jorge Viana e Jorge Leite, todos do PMDB, a preocupação maior não era exatamente consolidar o bloco, mas garantir a correlação de forças no Congresso, com o apoio de Ulysses Guimarães e seus seguidores. "Não dá para inviabilizar uma

aliança com Ulysses neste momento dramático", dizia um dos participantes, "nem nos confrontarmos com ministros e governadores que seguem sua liderança. Seria uma luta desgastante demais".

Há divergências, porém, dentro do próprio grupo chamado "centro-democrático". Alguns consideram fundamental que Sarney prestigie seus amigos dentro do Congresso, achando inconcebível o presidente dispensar o mesmo tratamento aos que o apóiam e aos que lhe atiram pedras. E admitem que, dependendo das medidas de represálias que Sarney tomar contra os ministros e governadores rebeldes, fluirá o bloco para sua sustentação. O que eles exigem, enfim, é uma depuração no governo: "Ou Sarney faz isso ou até seu líder na Câmara ficará sem respaldo para levar adiante a sustentação do governo no Congresso".

Dúvidas

A decisão de Sarney de procurar apoio fora dos partidos que até agora o sustentavam não foi bem vista pelo governador gaúcho Pedro Simon. "Isso criaria problemas para o PMDB", previu ele ontem. "Ele precisa de respaldo popular, mas não vai encontrar apoio junto a um determinado partido tão combatido ultimamente." O governador do Paraná, Alvaro Dias, discorda — e admite que Sarney "tem razões de sobra para não acreditar no PMDB como um todo para sustentar sua administração". E acrescentou: "Essa troca entre o governo federal e os partidos será somente em favor da população. É difícil acreditar em políticos bem-intencionados, mas eles existem".

Na opinião do ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, Sarney não trará outras siglas para a Aliança Democrática. E ele diz que tem razões para acreditar nisso. Algumas delas: a popularidade de Sarney será devolvida com as medidas econômicas do Plano Bresser; haverá queda da inflação; as taxas de juros serão reduzidas e a redistribuição de renda esvaziará a campanha das diretas-já. E quanto à possibilidade de Mário Covas deixar o PMDB e usar sua liderança para as campanhas de rua, o ministro também não acredita: "Com as chances de uma inflação mais baixa, Covas pode até ficar sem povo nas ruas".

